

Sumário

Capítulo 1 ► Negócios Jurídicos Processuais em Contratos Empresariais	21
<i>Fredie Didier Jr., Júlia Lipiani e Leandro Santos Aragão</i>	
1. Introdução	22
2. Os negócios jurídicos processuais e a cláusula geral de negociação sobre o processo ...	23
2.1. Nota introdutória	23
2.2. Os requisitos de validade dos negócios jurídicos processuais. Algumas diretrizes para exame da licitude do objeto de negócios jurídicos processuais atípicos	24
3. Os contratos empresariais	30
4. Os negócios jurídicos processuais em contratos empresariais	33
4.1. Generalidades	33
4.2. Exemplos de negócios jurídicos processuais em contratos empresariais em espécie	36
4.2.1. Foro de eleição	36
4.2.2. Cláusulas relativas a provas: responsabilidade pela guarda de documentos; impossibilidade de inversão jurisdicional do ônus da prova; limitação do meio de prova de determinado fato	38
4.2.3. Cláusulas relativas à impossibilidade de execução provisória e à impenhorabilidade de certos bens.....	40
4.2.4. Cláusula relativa à renúncia ao direito de interposição de recurso.....	40
4.2.5. Cláusula relativa à limitação ao exercício do direito de ação.....	42
5. Conclusão	43
Bibliografia	44
Capítulo 2 ► Reflexões Sobre o Artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública do Brasil.....	47
<i>Elias Marques de Medeiros Neto</i>	
Introdução.....	47
1. A marcha dos direitos fundamentais e o processo civil	48
2. O microsistema contemporâneo da tutela de direitos difusos e novas perspectivas.....	51
3. Coisa julgada e ação civil pública.....	52
4. A necessária dinâmica da conexão e da prevenção entre as ações coletivas no ordenamento jurídico brasileiro	56
5. A litispendência na tutela de interesses coletivos	58
6. Termo de ajustamento de conduta nas ações coletivas	60
7. Conclusão	61
Referências	63

Capítulo 3 ► Impressões sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC de 2015	65
<i>Cassio Scarpinella Bueno</i>	
1. Introdução	65
2. Considerações iniciais	66
3. Legitimidade	67
4. Hipóteses	68
5. Cabimento	70
6. Anotação no distribuidor	72
7. Desconsideração requerida com a petição inicial	73
8. Suspensão do processo	74
9. Pressupostos de instauração	75
10. Admissão do incidente	76
11. Citação e manifestação do sócio ou da pessoa jurídica	76
12. Tutela provisória	77
13. Julgamento e recursos	78
14. Efeitos do julgamento	81
15. Coisa julgada	81
16. Despesas e honorários advocatícios	82
17. Embargos de terceiro	83
18. Fraude à execução	83
Bibliografia	84
Capítulo 4 ► Notas sobre a Legitimidade Passiva no Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	87
<i>Fábio Ulhoa Coelho</i>	
1. Introdução	87
2. A distorção da teoria da desconsideração no Brasil	88
3. Ineficácia da autonomia patrimonial	91
4. Ineficácia-sanção e ineficácia simples	92
4.1. Ineficácia simples da autonomia patrimonial no direito do trabalho	93
4.2. A técnica legal de definição de “responsável” no direito tributário	95
4.3. Os beneficiários indiretos	96
5. Conclusão	97
Capítulo 5 ► Desconsideração da Personalidade Jurídica no CPC/2015: Não há um Admirável Mundo Novo, há a Necessária Reiteração do Óbvio.....	99
<i>Rogério Licastro</i>	
1. Que não se diga que apenas agora temos um procedimento para fins de desconsideração da personalidade jurídica.....	99

2. A atividade econômica exercida por pessoa jurídica: princípio da autonomia patrimonial	100
3. Desconsideração da personalidade jurídica: habemus processus	102
4. Vigente o CPC/2015, não aplicar as regras de seus arts. 133 e ss. é optar intencionalmente pela ilegalidade	104
5. As causas da desconsideração da personalidade jurídica	106
6. O procedimento estabelecido no CPC/2015 para a desconsideração da personalidade jurídica: aspectos relevantes	107
7. Tutelas de urgência e desconsideração da personalidade jurídica	110
8. O marco temporal da desconsideração da personalidade jurídica relativamente às alienações efetuadas pelo sócio	111
9. A posição processual do sócio afetado pela desconsideração: legitimado passivo para a execução	114
10. Amplitude de sua defesa à execução que lhe foi redirecionada	115

Capítulo 6 ► Vida Empresarial e Previsibilidade do Direito – Notas sobre a Modulação **119**

Teresa Arruda Alvim

1. Contextualização do problema	119
2. Função da jurisprudência como criadora de direito	120
3. As origens	121
4. Recentes inovações legislativas	123
5. A relevância da segurança jurídica	125
6. A necessidade de adaptação do direito às alterações da sociedade	126
7. Quando o Poder Judiciário deve inovar?	128
8. Qual a razão de ser da modulação?	131
9. Quando se deve modular?	133
9.1. Primeiro critério – preexistência de confiança	133
9.2. Segundo critério – áreas rígidas do direito	135
9.3. Terceiro critério – prejuízo ao particular	136
10. Anotações conclusivas	139
Bibliografia	139

Capítulo 7 ► Da Racionalidade do Direito à Racionalidade da Tutela Jurisdicional: O Processo Empresarial à Luz da Análise Econômica do Direito **143**

Fernanda Vogt

1. Introdução	143
2. Precedentes obrigatórios: uma leitura conjugada à análise econômica do direito processual	144
3. Aplicação de modelo racional à dinâmica dos litígios empresariais	148
4. Tutela provisória: a programação dos custos do processo nos litígios empresariais	152

5. As diretrizes de racionalidade e economicidade no regramento do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	158
6. Conclusão	163
Bibliografia	164
Capítulo 8 ► Medidas Executivas sobre Sociedades Empresárias	169
<i>Luiz Roberto Ayoub</i>	
Capítulo 9 ► O procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX): Reflexões Sobre o Modelo Português em Busca da Efetividade da Execução no Brasil.....	179
<i>Flávia Pereira Hill</i>	
1. O atávico (e cruel) embate entre teoria e prática no Processo Civil: a tão sonhada (e ainda distante) efetividade do processo executivo.....	179
2. Procedimento extrajudicial pré-executivo (PEPEX) português: considerações sobre a Lei nº 32/2014.....	184
3. PEPEX à brasileira: propostas espelhadas no modelo português.....	189
4. Conclusão	195
Bibliografia	196
Capítulo 10 ► Legitimidade e Interesse nas Ações de Impugnação de Deliberações Societárias	199
<i>Eduardo Talamini</i>	
1. Introdução	200
2. Legitimidade ativa.....	203
2.1. Facultatividade do litisconsórcio – Legitimação concorrente.....	203
2.2. Legitimidade dos sócios	205
2.2.1. Não condicionamento a percentual de participação no capital societário	205
2.2.2. Legitimidade quanto às ações societárias titularizadas em condomínio ...	206
2.2.3. Legitimação do sócio e direito de voto	207
2.2.4. Legitimidade do sócio e sua conduta na deliberação.....	208
2.2.4.1. Sócio que votou contrariamente à deliberação	208
2.2.4.2. Sócio abstinente e sócio ausente	209
2.2.4.3. Sócio impedido de votar	210
2.2.4.4. Sócio que votou favoravelmente – Veto à conduta contraditória – Vício de vontade	210
2.2.5. Alienação das ações ou cotas societárias: posição do antigo e do novo titular.....	216
2.2.6. Sócio titular de ações ou cotas objeto de restrições, garantias ou limitações.....	217
2.3. Administradores – Ausência de legitimação	218
2.4. Conselheiros fiscais – Ausência de legitimação	221
2.5. Terceiros.....	221

2.5.1.	Deliberações que atingem diretamente terceiros e deliberações determinantes de condutas subseqüentes	222
2.5.2.	Sócios, administradores e conselheiros fiscais na condição de terceiros....	224
2.5.3.	Credores da sociedade – Fraude contra credores	224
2.5.4.	Debenturistas, titulares de partes beneficiárias e respectivos agentes	225
2.5.5.	Credores titulares de garantias sobre as ações societárias.....	225
2.5.6.	Usufrutuário	226
2.5.7.	Legitimação extraordinária – Intervenção de <i>amici curiae</i>	226
2.6.	Reserva de consideração do caso concreto	227
3.	Legitimidade passiva	228
3.1.	Impugnação à deliberação com amparo em voto abusivo ou conflituoso	229
3.2.	Sócios: assistência litisconsorcial e cumulação com demanda declaratória	229
3.3.	Beneficiários da deliberação impugnada: litisconsórcio necessário	230
3.4.	Ausência de legitimação passiva dos administradores.....	230
3.5.	Deliberações, na sociedade limitada, que conduzem a alterações do contrato social.....	231
4.	Interesse de agir sob o prisma da necessidade da tutela jurisdicional?	231
4.1.	Impugnação anterior ao registro da ata.....	232
4.2.	Possibilidade de recurso administrativo contra o arquivamento do ato no órgão registrário	232
4.3.	Ausência de prejuízo em virtude do suposto defeito: questão de mérito	234
4.3.1.	Defeito que não repercute sobre a validade da resolução final	234
4.3.2.	Resolução final inválida mas que (supostamente) não gera prejuízos	235
4.3.3.	Em qualquer caso, questão de mérito.....	235
5.	Interesse processual e possibilidade jurídica	236
5.1.	Exemplo de impossibilidade jurídica, no direito comparado.....	238
5.2.	Falsos casos de (im)possibilidade jurídica	238
5.2.1.	Anulabilidade da deliberação fundada em voto abusivo.....	239
5.2.2.	Juízo de validade versus juízo de conveniência.....	240
	Bibliografia	241
	Capítulo 11 ► A Notificação de Recesso na Sociedade Limitada e a Possibilidade de Retratação.....	245
	<i>Sérgio Campinho</i>	
1.	A natureza do vínculo societário da sociedade limitada.....	245
2.	O desligamento do sócio do vínculo societário	247
3.	A retirada de sócio fundada no artigo 1.029 do Código Civil e o modo de seu exercício ...	249
4.	A notificação do recesso	251
5.	O recesso manifestado por mandatário.....	253
6.	A retratação de recesso exercitado	255
7.	Conclusão	257

Capítulo 12 ► A Dispensa de Citação da Sociedade na Ação de Dissolução Parcial à Luz das Normas Fundamentais do Processo Civil: Problemas e Interpretação 259

Marco Antonio Rodrigues e Rodrigo Farias

1. Introdução	259
2. O contraditório enquanto norma fundamental do processo civil brasileiro.....	261
3. A ação de dissolução parcial de sociedade no Código de Processo Civil.....	263
4. A dispensa de citação da sociedade: o confronto do artigo 601, parágrafo único, com o direito fundamental ao contraditório e à eficiência.....	265
5. Uma interpretação possível à luz dos problemas suscitados pelo artigo 601, parágrafo único, no âmbito do direito material e do direito processual	269
5.1. Autonomia da pessoa jurídica	270
5.2. Legitimidade ativa e passiva e regime de litisconsórcio	271
5.2.1. Efeitos da citação?	272
6. Conclusão	273
Bibliografia	274

Capítulo 13 ► A Apuração de Haveres dos Sócios: Os Caminhos da Jurisprudência e a Interpretação dos Arts. 606 e 607 do Código de Processo Civil 277

Antonio Pedro Garcia de Souza

1. Introdução: a apuração de haveres e sua problemática	277
2. A resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios e o heterogêneo tratamento legal para a apuração de haveres.....	280
3. A dissolução do vínculo societário na sociedade de responsabilidade limitada: a construção jurisprudencial e o critério de apuração de haveres previsto no art. 1.031 do Código Civil	282
4. A dissolução do vínculo societário na sociedade anônima fechada, os critérios para apuração de haveres e de reembolso do acionista e o tratamento jurisprudencial	289
5. O critério previsto no art. 606 do Código de Processo Civil para apuração de haveres nas sociedades anônimas de capital fechado e de responsabilidade limitada e a relativização prevista no art. 607 do mesmo diploma.....	295
6. Conclusão	302

Capítulo 14 ► Critérios para Apuração de Haveres na Ação de Dissolução Parcial de Sociedade à Luz do CPC/2015: Consensualismo, Previsibilidade e Controle Judicial Mínimo 305

Antonio Augusto Tiburcio e Michel Glatt

1. Introdução	305
2. Critérios de avaliação de sociedades na ciência das finanças	306
3. Panorama legislativo.....	311
4. Panorama jurisprudencial	313
5. A prevalência do critério eleito pelo contrato ou estatuto social	317
6. Cláusulas patológicas	319

7. Controle pelo magistrado?.....	319
8. A omissão do contrato social: há flexibilidade?	324
9. Negócio processual sobre a perícia na apuração de haveres	332
10. Conclusão	332
Capítulo 15 ► A Ação de Exigir Contas Contra o Administrador de Sociedade	335
<i>Alex Velmovitsky</i>	
1. Introdução: o direito essencial de fiscalização.....	335
2. Os efeitos da aprovação das contas.....	337
3. Ação de responsabilidade civil contra administrador	339
4. A ação de exigir contas conforme o Código de Processo Civil de 2015	341
5. Legitimidade para propositura da ação de exigir contas contra administrador de sociedade anônima.....	343
6. Legitimidade para propositura da ação de exigir contas contra administrador de sociedade limitada	345
7. Primeira fase	347
8. Decisão que reconhece o direito de exigir contas.....	348
9. Segunda fase.....	349
10. Conclusão	353
Bibliografia	353
Capítulo 16 ► Ação Autônoma de Exibição de Documentos: Comentários ao Julgamento do Recurso Especial nº 1.803.251/SC	355
<i>Marco Aurélio Bellizze Oliveira</i>	
1. Introdução	355
2. A prova no Código de Processo Civil de 2015.....	357
3. A ação de produção antecipada de provas	359
4. Ação de exibição de documento e coisa: natureza autônoma ou mero incidente processual?.....	361
5. Conclusão	364
6. Referências	365
Capítulo 17 ► Exibição de Documentos Societários em Juízo	369
<i>Gustavo José Mizrahi e Pedro Affonso Homem de Carvalho</i>	
1. Introdução	369
2. Condições da ação	370
2.1. Legitimidade ativa.....	372
2.2. Legitimidade passiva.....	376
2.3. Interesse processual	379
2.4. Nas sociedades limitadas	384

3. Procedimentos.....	386
4. Exceções do requerido à exibição de documentos.....	391
4.1. Impertinência dos argumentos de mérito de eventual demanda principal	391
4.2. Período de guarda dos documentos	392
4.3. Sigilo empresarial dos documentos.....	394
4.4. Abuso de minoria.....	394
5. Conclusão	395
Bibliografia.....	396
Capítulo 18 ► A crise de sociedades de incorporação imobiliária com patrimônio de afetação: compatibilidade material e processual com a recuperação judicial	399
<i>Sheila C. Neder Cerezetti, Gustavo Lacerda Franco e Gabriela de Oliveira Junqueira</i>	
1. Introdução	399
2. As finalidades perseguidas na criação do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias: entre o texto legal e o seu pretexto.....	401
3. O patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias em casos de falência ou insolvência civil do incorporador: disciplina legal, funcionamento e a fábula da proteção aos adquirentes	403
4. O regime de liquidação do patrimônio de afetação e a recuperação judicial: soluções distintas para problemas distintos.....	406
5. A plena compatibilidade das sociedades incorporadoras dotadas de patrimônio de afetação com o tratamento da crise econômico-financeira na recuperação judicial: aspectos materiais e processuais.....	409
6. Conclusão	418
7. Referências Bibliográficas.....	420
Capítulo 19 ► A Ampliação do Cram Down da Lei nº. 11.101/2005 pelo Parágrafo Único do Art. 190 do Código de Processo Civil.....	423
<i>Davi Amaral Hibner e Gilberto Fachetti Silvestre</i>	
1. Introdução	423
2. O cram down norte-americano no Brasil e a intervenção material do juízo universal no plano de recuperação judicial	425
3. O controle dos negócios jurídicos processuais pelo juízo em caso de vulnerabilidade de uma das partes (parágrafo único do art. 190 do Código de Processo Civil)	441
4. O <i>cram down</i> no Brasil após o Código de Processo Civil e a Lei nº. 14.112/2020	453
5. Conclusão	456
Bibliografia	457
Capítulo 20 ► A Lei 11.101/2005 e o Código de Processo Civil de 2015: Interpretação Funcional do Agravo de Instrumento	461
<i>Pedro Freitas Teixeira e Bruno Prima</i>	
1. Introdução	461

2. Aspectos gerais	462
3. Natureza jurídica	463
4. Do agravo de instrumento no CPC/2015.....	464
4.1. Evolução Legislativa	464
4.2. Preclusão Elástica	466
5. O agravo de instrumento na LREF	467
5.1. Considerações Iniciais	467
5.2. O Fator Temporal	467
5.3. Impactos do Novo CPC/2015 na LREF	468
5.4. Revolução Jurisprudencial.....	469
5.5. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (“IRDR”)	473
5.6. Recursos Repetitivos. Tema Afetado pelo Superior Tribunal de Justiça.....	474
6. “Novos rumos” – alteração da LREF	476
7. Conclusão	477
Bibliografia	478
Capítulo 21 ► O Contraditório na Recuperação Judicial.....	481
<i>Marco Antonio Rodrigues e Matheus Sousa Ramalho</i>	
1. Introdução	481
2. O contraditório e sua influência sobre os agentes que integram o processo	482
3. Aspectos particulares do procedimento de recuperação judicial.....	486
4. O contraditório na recuperação judicial	494
4.1. Manifestação contrária ao pedido de recuperação judicial	495
4.2. Negociações envolvendo o plano de recuperação judicial, apresentação do plano pelo devedor, oposição dos credores ao plano e o voto em AGC.....	498
4.3. A participação do juiz e a possibilidade de interposição de recurso.....	502
4.4. O procedimento judicial de habilitação e impugnação de crédito, que pode ocorrer entre credor-devedor ou entre credor-credor	503
4.5. O contraditório entre o devedor e credores não sujeitos à recuperação	505
Conclusão	508
Bibliografia	509
Capítulo 22 ► A Restituição Como Possível Efeito da Sentença Declaratória de Ineficácia Falimentar e o Contraditório do CPC/2015.....	513
<i>Marco Félix Jobim</i>	
1. Introdução	513
2. Direito Processual Empresarial e sua subsidiariedade e supletividade frente ao Processo Civil brasileiro: art. 15, CPC/2015	515
2.1. Direito Processual falimentar.....	516
2.2. Ações específicas falimentares	518

2.2.1. Ação declaratória de ineficácia.....	519
2.3. A restituição de bens e o processo falimentar.....	521
2.4. O contraditório na declaração de ineficácia	522
2.5. O acerto no julgamento da Apelação Cível n. 70026773184 oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	524
3. Considerações finais.....	525
Bibliografia	526
Capítulo 23 ► Arbitragem e Relação Entre Demandas à Luz da Jurisprudência do STJ	529
<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	
1. Introdução	529
2. Breves considerações sobre as relações entre demandas.....	531
3. Relação entre demandas e arbitragem.....	534
4. A jurisprudência do STJ	539
5. Considerações finais.....	541
Capítulo 24 ► O Processo Judicial como Bem Público: Da Inconstitucionalidade do Segredo de Justiça em Processos que Versam Sobre Arbitragem	543
<i>João Guilherme Rache Gebran e Mariana Pargendler</i>	
1. Introdução	543
2. Confidencialidade arbitral, segredo judicial e princípio da publicidade.....	545
3. O princípio da publicidade e o aprimoramento do ordenamento jurídico.....	549
4. O sucesso da arbitragem no Brasil.....	552
5. O segredo de justiça em processos que versam sobre arbitragem no Brasil	557
6. A experiência internacional sobre o segredo de justiça em processos que versam sobre arbitragem	563
7. Conclusão	568
Capítulo 25 ► Confidencialidade, Disclosure e Participação na Arbitragem Societária	569
<i>Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo</i>	
1. Introdução	569
2. Arbitragem no direito societário	571
3. Confidencialidade na arbitragem.....	575
4. A full disclosure nas sociedades anônimas abertas	579
5. Confidencialidade e privacidade na arbitragem societária. Regulamento da Câmara do Mercado.....	582
6. A Comissão de Valores Mobiliários e a arbitragem societária	587
7. Conclusões	589
Bibliografia	589

Capítulo 26 ► O Princípio Competência-Competência (kompetenz-kompetenz) não é Absoluto: O Judiciário Pode Apreciar Vícios Evidentes da Convenção Arbitral	593
<i>Bruno Ferreira Soares Batista, Cláudia Gruppi Costa e Guilherme Setoguti J. Pereira</i>	
1. Objeto do artigo	593
2. O princípio competência-competência e a sua mitigação em casos concretos: doutrina e jurisprudência.....	594
3. Vícios da convenção de arbitragem	600
3.1. Inexistência da convenção de arbitragem: ausência dos elementos das circunstâncias negociais e do agente.....	600
3.2. Nulidade da convenção de arbitragem decorrente da incapacidade absoluta.....	604
4. Análise do caso concreto	606
5. Conclusão	609
Bibliografia	610
Capítulo 27 ► Acordo de Acionistas Sobre os Custos da Arbitragem	613
<i>Thiago Dias Delfino Cabral</i>	
1. Introdução.....	613
2. A Evolução Histórica da Arbitragem Societária no Brasil.....	614
3. O problema dos custos da arbitragem societária	617
4. Acordo de Acionistas sobre os Custos da Arbitragem.....	622
5. Conclusão	625
Bibliografia	626
Capítulo 28 ► Limites e Possibilidades das Cláusulas de Mediação Isolada e Escalonada em Conflitos Empresariais	629
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho</i>	
1. A ressignificação do Princípio do Acesso à Justiça e concepção contemporânea da jurisdição.....	629
2. A legitimidade dos chamados mecanismos adequados de solução de conflitos no direito contemporâneo	632
3. As espécies de convenções existentes no direito brasileiro após o advento do CPC/2015 e das Leis de Mediação e Arbitragem	635
4. A relevância da mediação empresarial e as espécies de cláusulas de mediação	637
5. Peculiaridades da cláusula escalonada de mediação.....	642
6. Considerações Finais.....	644
Bibliografia	647
Capítulo 29 ► A Mediação no Âmbito do Processo de Recuperação Judicial	649
<i>Eduardo Barbeito de Vasconcellos Magalhães Castro</i>	
1. Introdução.....	649
2. O Conceito de Mediação e de Solução Adequada.....	649

3. O Panorama Atual da Mediação no Brasil	653
4. O Processo de Recuperação Judicial: Rápido Conceito e Focos de Conflito	655
4.1. Conceito e Procedimento	655
4.2. Focos de litígios	657
5. Mediação e Recuperação: o procedimento adequado para a solução adequada	659
5.1. Cabimento e Consolidação em Território Nacional	659
5.2. Principais Benefícios	661
6. Conclusões	663
Bibliografia	663